

ASSIMETRIAS ESTRUTURAIS NA CIRCULAÇÃO GLOBAL DO CONHECIMENTO E A SOBERANIA EPISTÊMICA EM UM MUNDO MULTIPOLAR¹

STRUCTURAL ASYMMETRIES IN THE GLOBAL CIRCULATION OF KNOWLEDGE AND EPISTEMIC SOVEREIGNTY IN A MULTIPOLAR WORLD²

Thaiane Moreira de Oliveira ³
Francisco Paulo Jamil Marques ⁴
Manuel Goyanes ⁵
Mohan Dutta ⁶

Resumo: O artigo discute as dinâmicas e barreiras estruturais que perpetuam as assimetrias no ecossistema científico global, destacando como essas desigualdades refletem um sistema historicamente desenhado para favorecer o Norte Global em detrimento do Sul Global. As principais barreiras incluem fatores econômicos, tecnológicos, linguísticos e culturais, exigindo uma abordagem crítica para promover uma justiça epistêmica. Defende-se a necessidade de políticas institucionais que incentivem a diversidade nos processos de publicação acadêmica e preservem outras epistemologias não-ocidentais, fortalecendo o reconhecimento de conhecimentos locais e marginalizados. O debate sobre as assimetrias globais na ciência deve, portanto, ir além da identificação de problemas e propor estratégias concretas para uma maior equidade epistêmica..

Palavras-Chave: Assimetrias científicas. Soberania epistêmica. Circulação global do conhecimento.

Abstract: The article discusses the dynamics and structural barriers that perpetuate asymmetries in the global scientific ecosystem, highlighting how these inequalities reflect a system historically designed to favor the Global North to the detriment of the Global South. The main barriers include economic, technological, linguistic, and cultural factors, requiring a critical approach to promote epistemic justice. The article argues for the need for institutional policies that encourage diversity in academic publishing processes and preserve non-Western epistemologies, strengthening the recognition of local and marginalized knowledge. The debate on global asymmetries in science should, therefore, go beyond identifying problems and propose concrete strategies for greater epistemic equity.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação da Ciência e Políticas Científicas. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2024.

² Esta é uma versão ampliada do editorial publicado em inglês na revista Online Media and Global Communication.

³ Universidade Federal Fluminense, doutora, thaianeoliveira@id.uff.br.

⁴ University of Iowa, doutor, marquesjamil@gmail.com.

⁵ Universidad Carlos III, doutor, manuel.goyanes@uc3m.es.

⁶ Massey University of New Zealand, doutor, M.J.Dutta@massey.ac.nz.

Keywords: *Scientific asymmetries. Epistemic Sovereignty. Global circulation of Knowledge.*

1. Introdução

A ciência, enquanto empreendimento humano, possui modos de organização, distribuição e validação do conhecimento são historicamente marcados por relações de poder, refletindo desigualdades estruturais entre países, instituições e comunidades epistêmicas. No contexto global, o Norte Global tem desempenhado um papel central na definição dos padrões acadêmicos, relegando ao Sul Global uma posição periférica, muitas vezes como mero fornecedor de dados ou de objetos de estudo (Albornoz, 1994; Connell, 2007). Essa assimetria tem impactos diretos na visibilidade da produção científica, no acesso a financiamento e na possibilidade de inserção de pesquisadores de países em desenvolvimento nas redes internacionais de prestígio.

Um dos principais obstáculos para a equidade na ciência está na estrutura das publicações acadêmicas. Estudos demonstram que periódicos de alto impacto são majoritariamente editados por instituições do Norte Global e publicam, em sua maioria, autores afiliados a universidades europeias e norte-americanas (Montoya, 2020). A exigência de publicação em inglês, idioma que não é a língua materna da maioria dos cientistas ao redor do mundo, representa uma barreira significativa (Ammon, 2010; Suzina, 2025), assim como os altos custos de publicação em periódicos de acesso aberto, que se tornam inviáveis para pesquisadores sem apoio institucional robusto. Esse cenário reforça um ciclo de exclusão: o conhecimento produzido em contextos não hegemônicos tem menor alcance e reconhecimento, dificultando sua entrada nos circuitos globais de influência científica.

Além das barreiras econômicas e linguísticas, há desafios epistemológicos profundos. O conhecimento científico globalizado, apesar de se apresentar como universal, ainda opera sob um viés ocidental, desconsiderando epistemologias locais e formas de produção do saber (Santos, 2018). As ciências indígenas, os saberes tradicionais e as perspectivas não-ocidentais são frequentemente marginalizados nos debates acadêmicos, mesmo quando oferecem contribuições fundamentais para questões urgentes como mudanças climáticas e sustentabilidade (Nájera, 2021). A exclusão dessas epistemologias não é apenas uma questão de diversidade, mas de justiça epistêmica, pois limita a própria capacidade da ciência de responder a desafios complexos de forma plural e contextualizada.

Diante desse cenário, torna-se essencial repensar as dinâmicas de produção e circulação do conhecimento, promovendo iniciativas que fortaleçam a soberania epistêmica de comunidades historicamente marginalizadas. Isso implica não apenas questionar os critérios de validação científica, mas também criar mecanismos institucionais que ampliem o reconhecimento de diferentes formas de saber. O debate sobre as assimetrias globais na ciência, portanto, não se restringe a um problema apenas do campo acadêmico, mas tem

implicações diretas na democratização do conhecimento e na busca por soluções mais justas e equitativas para os desafios contemporâneos. É diante desse cenário que este ensaio teórico tem como proposta discutir caminhos para a recuperação da soberania epistêmica, fortalecendo circuitos alternativos de ciência e tecnologia que reconheçam e valorizem epistemologias historicamente marginalizadas. Para isso, busca-se problematizar os mecanismos de exclusão presentes na produção e circulação do conhecimento científico, evidenciando como estruturas coloniais, linguísticas e institucionais restringem o acesso e a legitimidade de saberes locais e não ocidentais, buscando construir um quadro conceitual a partir do que tem sido discutido na literatura acadêmica sobre assimetrias globais na circulação do conhecimento e fortalecimento da soberania epistêmica.

2. Precedentes Históricos sobre Assimetrias Globais na Ciência

Por décadas, a literatura acadêmica tem enfatizado as barreiras estruturais que dificultam a circulação do conhecimento no ecossistema científico global, aprofundando as assimetrias de um sistema historicamente desenhado para perpetuar desigualdades entre o Norte e o Sul Global. Esses desafios envolvem fatores econômicos, tecnológicos, linguísticos e culturais, demandando não apenas a identificação de problemas, mas também estratégias concretas para promover um equilíbrio maior e justiça epistêmica.

O debate sobre as desigualdades globais no campo do conhecimento tem sido fortemente influenciado por correntes teóricas que questionam o imperialismo acadêmico, as teorias da dependência e o surgimento das epistemologias do Sul. O conceito de imperialismo acadêmico, formulado por Alatas, refere-se à predominância dos sistemas de conhecimento ocidentais e à marginalização das perspectivas não ocidentais, perpetuando uma dependência intelectual e a desigualdade na produção de conhecimento (Alatas, 2022; Alatas, 2024; Hossen, 2022). Essa desigualdade não é apenas teórica, mas se manifesta na forma como o conhecimento é produzido, disseminado e validado globalmente. Além disso, essas assimetrias são reforçadas por elites acadêmicas no Sul Global que reproduzem os valores da branquitude e os modelos disciplinares hegemônicos, ao mesmo tempo em que silenciam perspectivas transformadoras do Sul Global (Dutta, 2020).

Ainda que posteriormente os desdobramentos conceituais derivados das teorias da dependência vieram a substituir as discussões predominantes no Oriente sobre imperialismo acadêmico (Albuquerque, Barba, 2025), estas discussões sobre dependência, particularmente desenvolvidas na América Latina após a década de 1960, foram fundamentais para compreender essas dinâmicas. Argumentava-se que as ciências sociais no Sul Global frequentemente seguem paradigmas ocidentais, resultando em um colonialismo intelectual onde as agendas e metodologias são ditadas pelo Norte Global (Alatas, 2003; Hossen, 2022). Essa dependência foi agravada pelas desigualdades estruturais nas redes acadêmicas, onde pesquisadores do Sul enfrentam barreiras para acessar financiamento, recursos e publicar em periódicos de prestígio ocidental (Perna et al., 2021). Simultaneamente, redes acadêmicas do

Norte/Oeste Global reforçaram padrões de branquitude, estabelecendo regras que moldam a política de publicações científicas (Dutta, 2020). Como resultado, acadêmicos do Sul Global até hoje são incentivados a seguir essas normas, internalizando métricas que sustentam a hegemonia ocidental enquanto marginalizam produções acadêmicas que questionam o status quo. Esse ciclo não apenas restringe a produção de conhecimento local, mas também fortalece uma hierarquia acadêmica global que privilegia epistemologias ocidentais (Alatas, 2022; Alatas, 2024; Alatas, 2003). Além disso, elites intelectuais no Sul Global controlam a produção de conhecimento sob discursos como desocidentalização e descolonização, mas muitas vezes acabam por reproduzir desigualdades históricas, como no caso do controle brahmânico sobre os estudos pós-coloniais e subalternos no Sul da Ásia (Dutta, 2020; Dutta & Pal, 2020).

Nos últimos anos, tem crescido um movimento em prol de circuitos alternativos de publicação e produção de conhecimento que desafiem essas estruturas hegemônicas. Cada vez mais, pesquisadores enfatizam a importância das epistemologias do Sul e abordagens decoloniais que priorizem os sistemas de conhecimento indígenas e contextos locais (Quijano, 2000). O trabalho de Mignolo sobre decolonialidade, por exemplo, destaca a necessidade de desmontar a matriz colonial de poder e fomentar um ambiente acadêmico mais plural e inclusivo (Mignolo, 2008).

A sociologia também experimentou uma transformação significativa entre as décadas de 1980 e 1990, com a chamada virada decolonial. O pensamento decolonial, amplamente impulsionado por intelectuais latino-americanos, busca libertar a produção de conhecimento da lógica eurocêntrica e questionar a universalidade do conhecimento ocidental. Esses movimentos aspiram a afirmar a identidade intelectual latino-americana e estabelecer novas referências epistêmicas. Posteriormente, o debate sobre soberania epistêmica passou a focar na subversão social, propondo novos marcos teóricos baseados em interdependências e epistemologias centradas na identidade e no Sul Global (Nunes, 2009; Garcia, 2016). A virada decolonial também foi impulsionada por movimentos indígenas que buscam descolonizar os métodos de pesquisa, desafiando as estruturas coloniais, o capitalismo racial e o imperialismo acadêmico (Smith, 2019). Métodos de pesquisa decoloniais enfatizam a necessidade de situar o conhecimento no contexto das lutas sociais, como a resistência à exploração de terras e ao avanço do capitalismo racial (Dutta, 2015; Tuck & Yang, 2014).

Além disso, a interseção entre práticas acadêmicas, raça, gênero e histórias coloniais torna o cenário da produção de conhecimento ainda mais complexo. A academia, historicamente excludente, continua a reproduzir desafios estruturais que afetam a participação e o reconhecimento de acadêmicos de grupos marginalizados (Phillips et al., 2022). Superar essas disparidades exige uma análise crítica das estruturas que governam a produção acadêmica e um compromisso com a promoção da inclusão e equidade nas ciências (Hammell, 2011; Phillips et al., 2022). O fator econômico também tem um papel determinante, como demonstrado por Rivera-Lozada et al., ao correlacionar crescimento

econômico com aumento da produção científica. No entanto, os países da América Latina ainda apresentam uma produção significativamente inferior à de seus pares na Europa e nos Estados Unidos (Rivera-Lozada et al., 2023).

3. Quadro conceitual sobre Assimetrias Globais na ciência

Na literatura acadêmica, é possível identificar três eixos centrais que dominaram as discussões sobre as assimetrias globais na circulação do conhecimento: aqueles relacionados às dinâmicas sociais nos circuitos científicos e os interesses econômicos em infraestrutura de informações e tecnologia. E por fim, um movimento mais recente de recuperar, através das discussões acadêmicas, a soberania epistêmica do mundo majoritário, não apenas apresentando denúncias através de artigos teóricos e empíricos, mas sobretudo buscando recuperar uma memória de autonomia epistêmica e buscar soluções para enfrentar os limites estruturais para a democratização da circulação do conhecimento.

3.1. Dinâmicas Sociais nos Circuitos Científicos

O debate sobre as assimetrias globais na circulação do conhecimento, especialmente nos Estudos de Comunicação, tem se concentrado cada vez mais nas dinâmicas sociais da publicação acadêmica. Um aspecto central dessa discussão é a presença de vieses geográficos na autoria e na composição das comissões editoriais das revistas científicas. Essas comissões desempenham um papel crucial como guardiãs do conhecimento, determinando quais pesquisas são publicadas e, consequentemente, moldando os rumos do campo (Goyanes & Demeter, 2020). Estudos apontam que a diversidade geográfica das comissões editoriais influencia diretamente os padrões de publicação em periódicos de alto impacto, como os indexados pelo JCR, e que a falta de representatividade pode restringir a variedade de temas e abordagens contempladas na pesquisa em comunicação (Goyanes & Demeter, 2020).

Além dos aspectos geográficos, a composição demográfica dessas comissões pode reforçar desigualdades sistêmicas na academia. Pesquisas indicam que os membros dos conselhos editoriais frequentemente pertencem a um grupo homogêneo, majoritariamente composto por acadêmicos da América do Norte e Europa, o que tende a marginalizar perspectivas de outras regiões (Pourret et al., 2023; Asuman, et al, 2025). Esse desequilíbrio não apenas limita a diversidade das pesquisas publicadas, mas também fortalece estruturas de poder existentes, na medida em que editores podem privilegiar abordagens alinhadas às suas próprias experiências e tradições acadêmicas (Araújo et al., 2021).

As sub-representações de autoria nos principais periódicos internacionais da área e sua relação com financiamento e composição de conselhos editoriais também têm sido amplamente discutidas. Segundo Lendvai (2025), que usou métodos mistos a partir de

revistas indexadas na Scopus nos últimos dez anos, revelou disparidades significativas: mais de 90% das publicações nos principais periódicos de comunicação foram de autoria de acadêmicos do Norte Global, enquanto menos de 10% foram de acadêmicos do Sul Global. Da mesma forma, os conselhos editoriais foram dominados por acadêmicos do Norte Global, com os Estados Unidos sozinhos respondendo por 63% dos membros do conselho. As dinâmicas de gênero também são um fator relevante. Estudos demonstram que mulheres permanecem sub-representadas em cargos editoriais em diversas áreas, incluindo a comunicação (Fox et al., 2019). Essa disparidade pode impactar a diversidade de perspectivas nas publicações científicas, pois conselhos editoriais com menor participação feminina tendem a negligenciar temas fundamentais para mulheres e outros grupos historicamente marginalizados (Goyanes, Tóth & Haló, 2024). Além disso, há evidências de que a presença de mulheres nesses espaços editoriais favorece um aumento nas submissões de autoras, sugerindo que a ampliação da diversidade poderia criar um ambiente acadêmico mais inclusivo (Pan & Zhang, 2013).

Os impactos desses vieses ultrapassam as próprias comissões editoriais. A falta de diversidade na autoria e nos processos editoriais pode levar a uma homogeneização dos resultados de pesquisa, o que afeta diretamente o ensino e a aprendizagem na área da comunicação (Dakhil et al., 2024). Dessa forma, é fundamental que as revistas científicas adotem estratégias para promover maior diversidade entre seus editores, assegurando que um espectro mais amplo de vozes e perspectivas seja representado no debate acadêmico (Altman & Cohen, 2021).

Outro aspecto essencial dessa discussão é a influência do viés anglófono na produção e circulação do conhecimento. O predomínio do inglês como idioma principal da comunicação científica tem sido apontado como um obstáculo à disseminação equitativa do conhecimento em escala global. Esse fenômeno não apenas favorece acadêmicos anglófonos, mas também marginaliza pesquisadores que publicam em outras línguas, reduzindo a diversidade de perspectivas acadêmicas e desconsiderando epistemologias e contextos culturais distintos.

O cenário acadêmico global é amplamente moldado por estruturas neoliberais que favorecem instituições e pesquisadores anglófonos. Keightley et al. (2023) destacam que a centralidade das teorias ocidentais reflete um problema estrutural presente nas dinâmicas institucionais da produção do conhecimento, incluindo os critérios de indexação das revistas científicas e a composição de seus conselhos editoriais. Albuquerque (2020) reforça essa perspectiva, argumentando que esses vieses não apenas mantêm a hegemonia acadêmica ocidental, mas também dificultam a disseminação global de teorias e abordagens não ocidentais.

O privilégio linguístico associado ao inglês aprofunda essas desigualdades. A predominância do idioma na publicação acadêmica restringe a participação de pesquisadores

não anglófonos no debate internacional, limitando o impacto de suas contribuições (Kong & Qian, 2017; Suzina, 2020). Isso cria um ambiente em que o conhecimento produzido em outros idiomas é frequentemente negligenciado, levando a uma compreensão parcial e enviesada dos problemas globais (Fejes & Nylander, 2017). As barreiras enfrentadas por esses pesquisadores vão além do acesso à publicação. Armstrong (2015) aponta que publicar em revistas de alto impacto exige familiaridade com normas retóricas e estilísticas específicas do inglês acadêmico, o que pode excluir pesquisadores não nativos. Strauss (2019) destaca que a priorização do inglês como língua acadêmica dificulta o reconhecimento da produção de pesquisadores altamente qualificados, mas que não possuem o mesmo capital linguístico.

Além disso, as implicações culturais desse viés são profundas. Huang (2023) discute como a produção acadêmica feminista anglófona historicamente ofuscou contribuições de outros contextos linguísticos e culturais, reduzindo a visibilidade de perspectivas críticas. Outro ponto crucial nesse debate envolve as agendas de pesquisa no campo da comunicação e das ciências humanas. Pesquisadores do Sul Global frequentemente enfrentam a exigência de enquadrar suas pesquisas dentro de narrativas dominantes, reforçando estereótipos de pobreza e exotismo (Mukherjee, 2018). Esse fenômeno está inserido em dinâmicas mais amplas de poder e injustiça epistêmica, que restringem as possibilidades de produção do conhecimento.

Dutta (2020) critica a apropriação elitista da linguagem da descolonização e da desocidentalização no Sul Global, destacando como essas abordagens podem ser instrumentalizadas para manter estruturas de exclusão. Ele exemplifica esse fenômeno com o caso da Índia e Cingapura, onde discursos sobre desocidentalização têm sido utilizados para silenciar debates sobre desigualdades sociais e históricas, como casta e marginalização. No contexto indiano, a extrema-direita Hindutva cooptou a retórica da descolonização para justificar ataques contra minorias, ao mesmo tempo que apaga discussões sobre justiça social.

Outro desafio significativo reside na centralidade dos modelos teóricos ocidentais na pesquisa em comunicação. Murthy (2016) destaca a necessidade de ampliar as abordagens teóricas, incorporando perspectivas locais que reflitam as realidades sociais e culturais diversas. Glück (2018) defende a desocidentalização e a descolonização dos estudos de mídia, enfatizando a necessidade de reconhecer tradições filosóficas e epistemologias indígenas. No entanto, Dutta & Pal (2020) alertam que tais iniciativas precisam estar enraizadas nas lutas concretas por soberania, território e justiça redistributiva, para evitar sua instrumentalização por interesses hegemônicos.

Diante desse cenário, a construção de agendas de pesquisa colaborativas que priorizem as vozes dos acadêmicos do Sul Global tem sido apontada como um caminho para mitigar essas desigualdades. Green et al. (2023) sugerem que os critérios de financiamento devem ser ajustados para fortalecer a autonomia dos pesquisadores do Sul na definição de suas próprias agendas de investigação, promovendo relações de colaboração mais equitativas. McElfish et al. (2015) reforçam essa ideia ao defender modelos de pesquisa orientados pela

comunidade, nos quais as populações locais participam ativamente de todas as etapas do processo investigativo.

No contexto da América Latina e do Caribe, Oliveira & Bomfim (2023) analisam como as agendas de pesquisa voltadas ao Sul Global têm sido financiadas por instituições do Norte Global, que frequentemente enquadram essas regiões dentro de narrativas de precariedade e subdesenvolvimento. Em contraste, pesquisadores latino-americanos e caribenhos têm buscado redefinir essas agendas, posicionando o Sul Global como espaço de produção de conhecimento inovador e referência para soluções aplicáveis também ao Norte Global.

Essa discussão evidencia a necessidade de reconfigurar os mecanismos de produção e circulação do conhecimento acadêmico, promovendo maior equidade na representação de vozes, perspectivas e epistemologias diversas.

3.2. Interesses Econômicos em Infraestruturas Informacionais e Tecnológicas no contexto de plataformização da ciência

Os interesses econômicos nas infraestruturas informacionais e tecnológicas, especialmente no contexto da publicação em acesso aberto e da crescente mercantilização da Ciência Aberta, evidenciam desigualdades marcantes entre países com diferentes níveis de investimento em pesquisa. O pagamento de taxas de processamento de artigos (APCs) para publicação em acesso aberto é um desafio central, pois tende a aprofundar as disparidades entre instituições bem financiadas de países desenvolvidos e aquelas situadas no mundo majoritário, onde o apoio financeiro é escasso. O caso do Quênia ilustra esse dilema: embora o acesso aberto tenha impulsionado a produção e a visibilidade acadêmica, a dependência das APCs pode dificultar a publicação de pesquisadores de contextos menos favorecidos. Essa assimetria é ampliada pelo fato de que muitas instituições em nações mais ricas conseguem subsidiar tais custos, reforçando hierarquias acadêmicas preexistentes (Kingsley 2014).

Além das barreiras financeiras, as limitações tecnológicas também contribuem para a distribuição desigual do conhecimento científico. A persistência da divisão digital impõe desafios significativos, pois a infraestrutura tecnológica precária em diversas regiões em desenvolvimento restringe não apenas o acesso à informação científica, mas também a participação ativa de pesquisadores do Sul Global no debate acadêmico internacional (Zoubi et al. 2021). Paralelamente, a Ciência Aberta tem sido cada vez mais cooptada por grandes oligopólios tecnológicos, principalmente sediados nos Estados Unidos, que lucram com a "plataformização" da pesquisa (Oliveira et al. 2020). Embora essas empresas se posicionem como defensoras da abertura, muitas vezes adotam práticas voltadas à maximização do lucro em detrimento do acesso equitativo ao conhecimento. Esse fenômeno, conhecido como "open washing", descreve como grandes corporações de tecnologia instrumentalizam o discurso da abertura para evitar regulamentações e manter sua posição dominante no mercado

(Theophilos 2024). Essa comercialização afeta não apenas a acessibilidade aos resultados científicos, mas também redefine a própria dinâmica da produção do conhecimento, criando um ambiente onde interesses comerciais podem se sobrepor à busca pelo saber (Dutta 2020). Enfrentar essa lógica mercantil na produção acadêmica exige esforços coletivos para estabelecer espaços comprometidos com a construção de um conhecimento voltado para o bem comum e para alternativas ao modelo econômico vigente (Dutta et al., 2021).

A relação entre a dependência das APCs e a comercialização da Ciência Aberta revela uma tensão estrutural no cenário acadêmico contemporâneo. Enquanto pesquisadores lidam com as complexidades do financiamento e da publicação, as disparidades no acesso a recursos tornam-se cada vez mais evidentes. A imposição de custos elevados pode restringir a participação plena no movimento de acesso aberto àqueles com apoio financeiro adequado, limitando a diversidade de vozes e perspectivas no discurso acadêmico global. Além disso, a crescente monetização das plataformas de pesquisa por conglomerados tecnológicos levanta preocupações éticas sobre a posse e o controle do conhecimento, uma vez que esses atores frequentemente priorizam interesses econômicos em detrimento dos princípios de colaboração científica e disseminação ampla (Baecker et al. 2020).

Acrescenta-se a isso um processo intenso de plataformação da ciência, no qual torna o ecossistema científico dos países dependentes de grandes oligopólios tecnológicos e informacionais. A plataformação pode ser entendida como a inserção das plataformas digitais em infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais em diversos setores da economia e da vida social (Poell, Nieborg, van Dijck, 2020). Esse fenômeno se manifesta em múltiplos domínios da ciência, tecnologia e inovação. No setor tecnológico, o ecossistema dominado pelas cinco grandes corporações dos Estados Unidos — Alphabet/Google, Amazon, Facebook (Meta), Apple e Microsoft (GAFAM) — se expandiu globalmente, com exceção da China, onde um modelo estatal conduzido por três grandes empresas (Baidu, Alibaba e Tencent, conhecidas como BAT) prevalece. Enquanto isso, a União Europeia, mesmo com um número reduzido de empresas de tecnologia de grande porte, busca influenciar a economia digital global. A competição entre esses blocos não se restringe ao âmbito estatal, mas se configura como uma disputa tecno-empresarial, refletindo interesses interligados entre atores americanos, chineses e europeus na governança digital global, gerando tensões entre essas potências e seus aliados (Van Dijck, 2021).

No campo da ciência e inovação, a concentração da indústria editorial científica e as altas margens de lucro das grandes editoras têm sido objeto de amplos debates dentro e fora da comunidade acadêmica. Desde os anos 1990, com a ascensão das métricas como indicadores de qualidade (Wouters et al., 2015), observou-se um movimento de consolidação no setor, com periódicos migrando de editoras menores para grandes conglomerados (Larivière, Haustein, Mongeon, 2015). Embora a competição sempre tenha sido parte da ciência, a globalização do conhecimento e o uso crescente de rankings globais elevaram essa disputa a novos níveis (Hazelkorn, Gibson, 2017). Instituições de ensino superior e centros de

pesquisa passaram a ser considerados estratégicos na economia global do conhecimento, e os rankings internacionais, sobretudo dos EUA e da China, tornaram-se parâmetros para medir qualidade, desempenho e impacto. Tais classificações atendem à crescente demanda por transparência e avaliação da produção científica, ainda que nem sempre refletem o papel das universidades do Sul Global.

Atualmente, o sistema científico latino-americano e global opera sob a influência de três grandes oligopólios:

- a) o oligopólio editorial, composto por seis grandes editoras (ACS, Reed-Elsevier, Springer, Wiley-Blackwell, Taylor & Francis e Sage), que lucram com a comercialização do conhecimento (Larivière, Haustein & Mongeon, 2015);
- b) o oligopólio dos rankings globais, que avaliam a produção científica com critérios que frequentemente não condizem com a realidade das universidades do Sul Global (Woodcock, 2018; Feldman & Sandoval, 2018);
- c) o oligopólio tecnológico, dominado por empresas como Google e Microsoft, que oferecem infraestrutura digital para atividades acadêmicas e reforçam o processo de plataformização da ciência.

A presença crescente dessas gigantes tecnológicas impacta significativamente as práticas acadêmicas, especialmente na América Latina, onde universidades e centros de pesquisa adotam suas soluções como "ferramentas gratuitas". O modelo de negócios dessas empresas baseia-se na coleta e análise de grandes volumes de dados e metadados gerados por usuários de seus pacotes educacionais, que incluem serviços de e-mail, videoconferência, softwares colaborativos e armazenamento de arquivos. Esse fenômeno aprofunda a plataformização e a datificação da educação superior, integrando-se a todas as etapas da produção científica (Van Dijck et al., 2018). Segundo Amiel et al. (2023), cerca de 80% das universidades latino-americanas utilizam esses serviços, e oito em cada dez instituições dependem das ofertas dessas corporações.

Em maio de 2022, o Google, que detém 63% do mercado de soluções tecnológicas para universidades na América Latina (Amiel et al., 2022), modificou seus contratos e impôs novas políticas às comunidades acadêmicas, limitando o acesso a determinados serviços. A rápida adoção dessas plataformas, intensificada durante a pandemia de Covid-19, reflete o desinvestimento na educação pública e representa uma ameaça à autonomia institucional. Além disso, questões relacionadas à segurança dos dados, controle da informação, privacidade e transparência geram preocupação entre professores, administradores e estudantes (Amiel et al., 2022).

Diante desse cenário, os países da América Latina enfrentam um dilema: ao mesmo tempo em que a tecnologia pode aprimorar as práticas acadêmicas, a dependência de soluções privadas coloca em risco a privacidade, a liberdade acadêmica e a soberania digital. A expansão das universidades na região, sem investimentos proporcionais em infraestrutura

tecnológica própria, levou governos e instituições a adotarem serviços de empresas transnacionais sem uma avaliação aprofundada das implicações econômicas, políticas e culturais dessa escolha. Como resultado, as parcerias público-privadas estabelecidas nessa lógica reforçam a dependência tecnológica e acentuam a desigualdade digital entre o Norte e o Sul Global.

Shoshana Zuboff (2019) argumenta que essa nova ordem econômica transforma a experiência humana em matéria-prima para modelos de negócios baseados na extração, previsão e comercialização de dados. Empresas de tecnologia apresentam suas soluções como "quase gratuitas", utilizando discursos de democratização do conhecimento, transparência e inovação para justificar sua presença crescente na ciência (Maciel, Appel & Albagli, 2014; Oliveira & Sobreira, 2020). No entanto, ao padronizarem as práticas acadêmicas, essas corporações impõem um modelo universal de produção científica alinhado aos seus interesses comerciais (Mirowski, 2018; Oliveira et al., 2021). Grandes editoras acadêmicas, como Elsevier, Springer, Wiley-Blackwell, Taylor & Francis e Sage, incorporaram a retórica da "ciência radicalmente colaborativa" para expandir seus serviços e transformar o acesso aberto em um mercado lucrativo (Heimstadt, 2017). Assim, a plataformação da ciência, aliada ao crescimento dos dados abertos, da revisão por pares aberta e dos repositórios institucionais, intensifica a influência dos interesses econômicos sobre as práticas científicas (Mirowski, 2018).

3.3. Soberania Epistêmica do Mundo Majoritário em um Contexto Multipolar

Por fim, destacamos outras discussões que não apenas denunciam as assimetrias globais na ciência, mas também apontam caminhos estratégicos e evidenciam soluções alternativas para romper as barreiras estruturais para a circulação global do conhecimento. Iniciativas alternativas surgiram como formas de resistência a essas dinâmicas. Infraestruturas locais, como o sistema Lattes no Brasil, e modelos de acesso aberto Diamond, que não envolvem taxas de APC, oferecem exemplos promissores de como os países do Sul Global podem recuperar sua soberania epistêmica. Iniciativas voltadas para o fomento ao multilinguismo na comunicação científica podem ajudar a mitigar barreiras linguísticas, enquanto o financiamento e apoio direcionados à pesquisa no Sul Global podem aumentar a visibilidade e o impacto de suas contribuições (Zoubi et al. 2021; Ramírez-Castañeda, 2020). Essas iniciativas foram criadas na América Latina quase uma década antes do lançamento da Budapest Open Access Initiative (BOAI) em 2002 (Sanchez-Tarragó et al., 2012). As iniciativas de acesso aberto latinoamericanas foram fundadas no princípio de que o conhecimento não deve estar acessível apenas por meio dos canais tradicionais de publicação científica, mas também através de espaços alternativos, menos dependentes de monopólios editoriais, do inglês como língua franca e de seus modelos comerciais (Oliveira et al., 2021). Isso desafiou a produção e circulação desigual do conhecimento nos tradicionais "centros de excelência", que historicamente excluíram comunidades científicas periféricas (Vessuri, Guédon & Cetto, 2014).

A América Latina construiu seus próprios circuitos transnacionais e regionais para mitigar os efeitos da injustiça epistêmica, estruturando um sistema de publicação voltado para a soberania epistêmica. Essas iniciativas oferecem uma alternativa aos tradicionais circuitos de prestígio hegemônico (Beigel, 2016), apoiando-se em infraestruturas descentralizadas e soluções não comerciais para a disseminação acadêmica. O modelo latino-americano baseia-se em esforços colaborativos para disponibilizar pesquisas em repositórios de acesso aberto, como SciELO, Redalyc e Latindex.

Apesar do papel fundamental dessas iniciativas na promoção da soberania epistêmica na publicação científica, esses circuitos ainda enfrentam invisibilização, resultado do predomínio de um modelo global de capitalismo acadêmico. Esse modelo, fortemente influenciado pelos sistemas de rankings universitários surgidos nos anos 1990, tanto em países ocidentais quanto não ocidentais (Mugnaini, Digiampietri & Mena-Chalco, 2014), perpetua visões etnocêntricas e reforça a noção de um padrão universal (Albuquerque, Oliveira, 2020).

A chamada "maré métrica" (Wouters et al., 2015), impulsionada principalmente por países centrais, passou a dominar os debates sobre indicadores de CT&I. Embora haja críticas a esse processo de quantificação científica, como a Declaração de São Francisco (2012) e o Manifesto de Leiden (Hicks et al., 2015), tais métricas continuam amplamente utilizadas em políticas científicas de diversos países para avaliar a produção acadêmica e estabelecer comparações entre instituições, indústrias e setores públicos e privados. Em muitos países não ocidentais, esses indicadores são adotados de maneira acrítica, sem considerar as especificidades da circulação científica local. Assim, a dependência de classificações internacionais tende a subestimar a produção acadêmica regional, equiparando qualidade e impacto à inserção nos circuitos centrais e anglófonos. Como apontam Albuquerque e Oliveira (2020, p. 88), "não é que a América Latina tenha parado de produzir pesquisas significativas ou que a qualidade tenha diminuído; a pesquisa na região foi simplesmente excluída do circuito que passou a definir qualidade em termos globais e considerada de segunda classe". Dessa forma, instituições baseadas, sobretudo nos Estados Unidos, estabeleceram regras que marginalizaram regiões do Sul Global, incluindo a América Latina.

Além disso, as universidades desempenham um papel essencial na legitimação de novas formas de dominação, fortalecendo a dependência acadêmica entre centros e periferias e criando discursos que sustentam essa nova ordem, influenciando políticas públicas científicas. Esse fenômeno transcende o sistema de publicação e impacta toda a estrutura acadêmica. A análise de Guzmán-Valenzuela (2017) sobre documentos institucionais de ensino e aprendizagem em universidades latino-americanas entre 2000 e 2015 revelou uma tendência a privilegiar teorias do Norte Global, em detrimento dos conhecimentos do Sul e de seus contextos específicos. Majee e Rees (2020, p. 476) observam que, enquanto no Sul Global a internacionalização do ensino superior está intrinsecamente ligada às lutas por

igualdade racial, a abordagem administrativa trata essa internacionalização como um processo neutro, objetivo e despolitizado.

Frente a esse cenário, vêm surgindo iniciativas para reduzir a dependência do ensino superior em relação aos monopólios da publicação científica e suas métricas de avaliação, que reforçam desigualdades. A Latmetrics Network, formada pelo LATmetrics e pelo Simpósio Latino-Americano de Estudos Métricos em Ciência e Tecnologia, exemplifica esse esforço. Criada em 2018, a rede reúne pesquisadores, gestores institucionais e outros atores para debater métricas alternativas e ciência aberta, alinhadas com a justiça social na América Latina. O evento bienal da rede reúne mais de 200 participantes e busca ampliar a participação na formulação de políticas científicas, oferecendo alternativas independentes dos grandes conglomerados da publicação acadêmica (Velez-Cuartas et al., 2022).

Outro exemplo de afirmação da soberania epistêmica é a criação da AmeliCA, uma infraestrutura cooperativa de comunicação científica aberta, baseada em um modelo de publicação sem fins lucrativos para preservar o caráter acadêmico e acessível da ciência (Becerril-Garcia, 2018). A Associação Latino-Americana de Editores Científicos (ALAEC), que congrega associações nacionais como a Aseúc na Colômbia, a ABEC no Brasil e a AURA no Uruguai, também ilustra esse movimento de resistência.

Esses são exemplos de associativismo acadêmico que na América Latina tem sido um instrumento fundamental para o fortalecimento e o reconhecimento institucional de coletivos científicos (Gohn, 2008; Azerrad & Rossler, 2018). Como destacam Oliveira et al. (2021), as iniciativas latino-americanas e caribenhais de resistência às métricas tradicionais emergiram em dois contextos distintos, refletindo uma insatisfação generalizada:

1. A primeira dimensão dessa insatisfação decorre do reconhecimento, por parte da comunidade científica regional, de que os indicadores tradicionais não representam adequadamente a realidade latino-americana. A dependência de bases de indexação pertencentes a grandes oligopólios científicos e editoriais tem historicamente relegado a América Latina e o Caribe a uma posição marginal nesses circuitos.
2. A segunda dimensão está relacionada às transformações tecnológicas, que trouxeram novas perspectivas sobre a territorialidade da produção científica e sobre a forma como o conhecimento circula nos circuitos acadêmicos tradicionais e dialoga com a sociedade.

Iniciativas como essas evidenciam a necessidade de reafirmar a soberania epistêmica e redefinir as agendas científicas para que reflitam as prioridades locais. Para isso, é fundamental fortalecer os circuitos regionais e garantir a circulação aberta e acessível do conhecimento, valorizando saberes locais e desenvolvendo métricas que destaquem a importância dos sistemas científicos e universitários em seus respectivos territórios nacionais.

4. Considerações finais

A partir da discussão trazida, entende-se que a produção científica global ainda está profundamente marcada por assimetrias epistêmicas, estruturadas por dinâmicas coloniais persistentes. Conforme apontam Oliveira et al, (2025), tais discussões sobre assimetrias globais na ciência também direcionam para a urgência de fortalecer a soberania epistêmica dos países do mundo majoritário, em especial neste contexto de reconfiguração do mundo multipolar. A soberania epistêmica exige estratégias concretas para o fortalecimento de circuitos alternativos de ciência e tecnologia. Sistemas universitários robustos, como os de países como China, Índia e Brasil, têm um potencial estratégico para desafiar as assimetrias globais e promover uma ciência mais inclusiva, alinhada com as necessidades regionais. A ênfase nas agendas autônomas é essencial para construir um campo científico mais equilibrado e democrático. Nesse sentido, a busca pela soberania epistêmica não pode se limitar a denunciar desafios e assimetrias. Deve abranger a formulação de estratégias concretas que reconheçam as disputas econômicas e políticas dentro do campo científico e fortaleçam as iniciativas no chamado "Mundo Majoritário". Produzir epistemologias, infraestruturas e políticas que priorizem uma pluralidade de vozes é um passo crucial para superar desigualdades históricas e construir um sistema científico global mais equitativo. Para alcançar isso, os países do Sul Global devem ocupar espaços estratégicos na produção, disseminação e gestão do conhecimento, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e legitimadas em um cenário global multipolar. Ao mesmo tempo, é crítico que esses países no Sul Global atendam às desigualdades nos sistemas de produção do conhecimento dentro do próprio Sul Global, enfrentando as desigualdades sistêmicas nos espaços de produção de conhecimento e fomentando espaços para as comunidades, movimentos e lutas nas margens (Dutta & Pal, 2020). Em outras palavras, a luta global pela democratização do conhecimento deve ser simultaneamente mapeada nas lutas dentro dos espaços do Sul Global para democratizar a produção de conhecimento.

Referências

- ALATAS, Syed Farid. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. *Current Sociology*, v. 51, n. 6, p. 599-613, 2003.
- ALATAS, Syed Farid. Political economies of knowledge production: on and around academic dependency. *Journal of Historical Sociology*, v. 35, n. 1, p. 14-23, 2022.
- ALATAS, Syed Farid. The coloniality of knowledge and the autonomous knowledge tradition. *Sociology Compass*, v. 18, n. 8, 2024.
- ALBUQUERQUE, Afonso. The institutional basis of anglophone western centrality. *Media Culture & Society*, v. 43, n. 1, p. 180-188, 2020.
- ALBUQUERQUE, Afonso; BARBA, Marcela. Academic imperialism meets media imperialism: the case of Abraji in Brazil. *Online Media and Global Communication*, 2025.

ALTMAN, Micah; COHEN, Philip N. Openness and diversity in journal editorial boards. Preprint, 2021.

AMIEL, T.; SARAIVA, F.; DA CRUZ, L. R.; GONSALES, P. Mapping Surveillance Capitalism in South American Higher Education. *Latin American Journal of Educational Technology-RELATEC*, v. 22, n. 1, p. 221-239, 2023.

ARAÚJO, Rafael J.; SHIDELER, Geoffrey S.; REAMER, Marcus B. Chief editors in aquatic science and communication are more likely to oversee editorial boards from their own regions. *Learned Publishing*, v. 34, n. 4, p. 547-557, 2021.

ARMSTRONG, Thomas. Peer feedback in disciplinary writing for publication in English: the case of 'rolli', a German-L1 novice scholar. *Journal of Academic Writing*, p. 86-105, 2015.

ASUMAN, Manfred; ABUBAKAR, Ibrahim; COHEN, Meghan Sobel; EKDALE, Brian. "Geographic tokenism on editorial boards: a content analysis of highly ranked communication journals" *Online Media and Global Communication*, 2024.

AZERRAD, R.; ROSSLER, G. Creative tensions between entrepreneurship and association: theoretical paths on self-management and associations in Latin America. *Economic Sciences: Publication of the Faculty of Economic Sciences of the National University of the Litoral*, v. 2, n. 15, p. 117-134, 2018.

BAECKER, Julius; ENGERT, M.; PFAFF, M.; KRCMAR, H. Business strategies for data monetization: deriving insights from practice. *Wirtschaftsinformatik (Zentrale Tracks)*, p. 972-987, 2020.

BECERRIL-GARCÍA, A. et al. *AmeliCA: A sustainable, community-driven framework for Open Knowledge in Latin America and the Global South*, 2018.

BHAKUNI, H.; ABIMBOLA, S. Epistemic injustice in academic global health. *The Lancet Global Health*, v. 9, n. 10, p. e1465-e1470, 2021.

DAKHIL, Zainab Atiyah et al. Diversity in the editorial boards of medical journals: a perspective from the Middle East. *Therapeutic Advances in Cardiovascular Disease*, v. 18, 2024.

DUTTA, Mohan J. Decolonizing communication for social change: A culture-centered approach. *Communication Theory*, v. 25, n. 2, p. 123-143, 2015.

DUTTA, Mohan J. Whiteness, internationalization, and erasure: Decolonizing futures from the Global South. *Communication and Critical/Cultural Studies*, v. 17, n. 2, p. 228-235, 2020.

DUTTA, Mohan J.; PAL, Mahuya. Theorizing from the Global South: Dismantling, resisting, and transforming communication theory. *Communication Theory*, v. 30, n. 4, p. 349-369, 2020.

DUTTA, Mohan et al. Decolonizing open science: Southern interventions. *Journal of Communication*, v. 71, n. 5, p. 803-826, 2021.

ESPIN, Johanna et al. A persistent lack of international representation on editorial boards in environmental biology. *Plos Biology*, v. 15, n. 12, e2002760, 2017.

FEJES, Andreas; NYLANDER, Erik. The economy of publications and citations in educational research: what about the 'anglophone bias'? *Research in Education*, v. 99, n. 1, p. 19-30, 2017.

FELDMAN, Z.; SANDOVAL, M. Metric power and the academic self: neoliberalism, knowledge and resistance in the British university. *TripleC: Communication, Capitalism and Criticism*, v. 16, n. 1, p. 214-233, 2018.

FOX, Charles W. et al. Gender diversity of editorial boards and gender differences in the peer review process at six journals of ecology and evolution. *Ecology and Evolution*, v. 9, n. 24, p. 13636-13649, 2019.

GEORGE MWANGI, Chrystal A.; YAO, Christina W. Us higher education journals and their commitment to scholarly diversity. *Higher Education*, v. 79, p. 623-637, 2021.

GLÜCK, Antje. De-westernization and decolonization in media studies. *Oxford Encyclopedia of Communication and Critical Studies*. Oxford University Press, 2018.

GOHN, M. Civil associations and popular social movements in São Paulo. *Unisinos Social Sciences*, v. 44, n. 2, p. 130-138, 2008.

GOYANES, Manuel; DEMETER, Marton. How the geographic diversity of editorial boards affects what is published in JCR-ranked communication journals. *Journalism & Mass Communication Quarterly*, v. 97, n. 4, p. 1123-1148, 2020.

GOYANES, Manuel; TÓTH, Tamás; HÁLÓ, Gergő. Gender differences in Google Scholar representation and impact: an empirical analysis of political communication, journalism, health communication, and media psychology. *Scientometrics*, v. 129, n. 3, p. 1719-1737, 2024.

GREEN, Corrinne et al. Power and respect in global health research collaboration: perspectives from research partners in the United States and the Dominican Republic. *Developing World Bioethics*, v. 23, n. 4, p. 367-376, 2023.

GUZMÁN-VALENZUELA, C. The geopolitics of research in teaching and learning at universities in Latin America. *Scholarship of Teaching and Learning in the South*, v. 1, n. 1, p. 4-18, 2017.

HAMMELL, Karen Whalley. Resisting theoretical imperialism in the disciplines of occupational science and occupational therapy. *British Journal of Occupational Therapy*, v. 74, n. 1, p. 27-33, 2011.

HEIMSTÄDT, M. Openwashing: A decoupling perspective on organizational transparency. *Technological forecasting and social change*, v. 125, p. 77-86, 2017.

HICKS, D. et al. Bibliometrics: the Leiden Manifesto for research metrics. *Nature*, v. 520, n. 7548, p. 429-431, 2015.

HOSSEN, M. Anwar. Decolonizing sociology for social justice in Bangladesh: delta scholarship matters. *Critical Sociology*, v. 49, n. 3, p. 545-561, 2022.

HUANG, Xin. Writing with an accent: travelling scholars and xenophone scholarship. *European Journal of Women's Studies*, v. 30, n. 4, p. 455-469, 2023.

KEIGHTLEY, Emily et al. Editorial: encounters with western media theory. *Media Culture & Society*, v. 45, n. 2, p. 406-412, 2023.

KINGSLY, Danny A. Paying for publication: issues and challenges for research support services. *Australian Academic & Research Libraries*, v. 45, n. 4, p. 262-281, 2014.

KONG, Lily; QIAN, Junxi. Knowledge circulation in urban geography/urban studies, 1990–2010: testing the discourse of Anglo-American hegemony through publication and citation patterns. *Urban Studies*, v. 56, n. 1, p. 44-80, 2017.

LARIVIÈRE, V.; HAUSTEIN, S.; MONGEON, P. The oligopoly of academic publishers in the digital age. *PloS one*, v. 10, n. 6, e0127502, 2015.

LENDVAI, Gergely Ferenc. "Valuing diversity, from afar – A scientometric analysis of the Global North countries overrepresentation in top communication journals" *Online Media and Global Communication*, 2025.

LEYDESDORFF, Loet; WAGNER, Caroline S. International collaboration in science and the formation of a core group. *Journal of Informetrics*, v. 2, n. 4, p. 317-325, 2008.

MACIEL, Maria Lucia; APPEL, Andre Luiz; ALBAGLI, Sarita. E-Science, ciência aberta e o regime de informação em ciência e tecnologia. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, 2014.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 34, n. 1, p. 287-324, 2008.

MIROWSKI, P. The future(s) of open science. *Social Studies of Science*, v. 48, n. 2, p. 171-203, 2018.

MCELFISH, Pearl A. Community-driven research agenda to reduce health disparities. *Clinical and Translational Science*, v. 8, n. 6, p. 690-695, 2015.

MUKHERJEE, Roopali. Of Experts and Tokens: Mapping a Critical Race Archaeology of Communication. *Communication, Culture and Critique*, 2020.

MURTHY, C. S. Unbearable lightness? maybe because of the irrelevance/incommensurability of western theories? An enigma of Indian media research. *International Communication Gazette*, v. 78, n. 7, p. 636-642, 2016.

MUGNAINI, R.; DIGIAMPIETRI, L. A.; MENA-CHALCO, J. P. Comunicação científica no Brasil (1998-2012): infraestrutura nacional e internacionalização. *La Habana: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo*, 2014.

OLIVEIRA, T. M. et al. Towards an inclusive open science agenda for communication research: a Latin American approach. *Journal of Communication*, v. 71, n. 5, p. 785-802, 2021.

OLIVEIRA, T.; BOMFIM, Marcus V. D. J. Funding of research agendas about the Global South in Latin America and the Caribbean: lexicometric and content analysis in Latin American scientific production. *Tapuya: Latin American Science, Technology and Society*, v. 6, n. 1, p. 2218260, 2023.

OLIVEIRA, Thaiane; JAMIL MARQUES, Francisco Paulo; GOYANES, Manuel; DUTTA, Mohan. Structural Challenges for the Global Circulation of Knowledge and Scientific Sovereignty in a Multipolar World. *Online Media and Global Communication*, 2025.

PAN, Yue; ZHANG, Jason Q. The composition of the editorial boards of general marketing journals. *Journal of Marketing Education*, v. 36, n. 1, p. 33-44, 2013.

PHILLIPS, Matthew J.; DZIDIC, Peta L.; CASTELL, Emily L. Exploring and critiquing women's academic identity in higher education: a narrative review. *Sage Open*, v. 12, n. 2, 2022.

POURRET, Olivier et al. Evolution of diversity in the editorial boards of *Geochimica et Cosmochimica Acta* and *Chemical Geology*. *European Science Editing*, 2023.

POELL, T.; NIEBORG, D.; VAN DIJCK, J. Platformization. *Revista Fronteiras*, v. 22, n. 1, 2020.

SÁNCHEZ-TARRAGÓ, N.; FERNÁNDEZ-MOLINA, J. C.; CABALLERO-RIVERO, A. Reflections on open access to information in the Cuban context: the case of the Health sector. *Information and Society*, v. 22, n. 2, 2012.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina* (Vol. 13). Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RAMÍREZ-CASTAÑEDA, Valeria. Disadvantages in preparing and publishing scientific papers caused by the dominance of the English language in science: the case of Colombian researchers in biological sciences. *PLOS ONE*, v. 15, n. 9, e0238372, 2020.

SUZINA, Ana Cristina. Multilingual science: discussing language as a place of encounter in knowledge production and exchange. *Online Media and Global Communication*, 2025.

STRAUSS, Pat. Shakespeare and the English poets: the influence of native speaking English reviewers on the acceptance of journal articles. *Publications*, v. 7, n. 1, p. 20, 2019.

THEOPHILOS, Jamie. Closing the door to remain open: the politics of openness and the practices of strategic closure in the fediverse. *Social Media + Society*, v. 10, n. 4, 2024.

VAN DIJCK, J. Seeing the forest for the trees: visualizing platformization and its governance. *New Media and Society*, v. 23, n. 9, p. 2801-2819, 2021.

VELEZ-QUARTAS, G. et al. Metrics of academic production: evaluation of research from Latin America and the Caribbean, 2022.

WOUTERS, P. et al. The metric tide. Literature review. Complementary report I to the independent review of the role of metrics in the evaluation and management of research, 2015.

ZOUBI, Kawther et al. Science, maddá, and ‘ilm: the language divide in scientific information available to internet users. *Public Understanding of Science*, v. 31, n. 1, p. 2-18, 2021.

ZUBOFF, S. Surveillance capitalism and the challenge of collective action. *New Labor Forum*, v. 28, n. 1, p. 10-29, 2019.